





Statkraft

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 20 DE ABRIL DE 2021 EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09) E INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009 (CVM 480/09).

Statkraft Energias Renováveis S.A.
19 de março de 2021

Índice

1.	RELATÓRIOS DISPONIBILIZADOS AOS ACIONISTAS.....	4
1.1	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (INCISOS I E II DO ARTIGO 9ª DA ICVM 481/09) 4	4
1.2	COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INCISO III DO ARTIGO 9º DA ICVM 481/09)	4
1.3	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES (INCISO IV DO ARTIGO 9º DA ICVM 481/09)	4
1.4	PARECER DO CONSELHO FISCAL, INCLUSIVE VOTOS DISSIDENTES, SE HOUCER.....	5
1.5	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO I – FORMULÁRIO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS (DFP) 5	5
1.6	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO QUE CONTENHA, NO MÍNIMO, AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9-1-II DA ICVM 481/09.	5
1.7	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO III – PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA, SE HOUCER.	10
2.	INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS A SEREM EXAMINADAS E DISCUTIDAS	11
2.1	EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	11
2.1.1	APRECIAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E EXAMINAR, DISCUTIR E DELIBERAR ACERCA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020;	11
2.1.2	A ADMINISTRAÇÃO PROPÕE QUE OS ACIONISTAS EXAMINEM COM CUIDADO TODOS OS DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO, TENDO O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DECIDIDO, POR MAIORIA APROVAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. APRECIAR A PROPOSTA DE RETENÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020;.....	11
2.1.3	PROPOSTA DE RECONDUÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	12
2.1.4	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	12
2.2	EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	12
2.2.1	APRECIAR A PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA 12	12
2.2.2	ELEIÇÃO OU RECONDUÇÃO DE MANDATO, POR MAIS 01 ANO, DOS MEMBROS DOS “COMITÊS DE ASSESSORAMENTO” DA COMPANHIA.....	14
2.2.3	ALTERAÇÃO DO ESTATUTO E DA DIRETORIA ESTATUÁRIA.....	14
	12.5.2 Membros do Conselho de Administração.....	71
	12.5.3 Membros do Conselho Fiscal	72
	12.6.1 Membros do Conselho de Administração.....	74
	12.6.2 Membros do Conselho Fiscal	74

1. Relatórios disponibilizados aos Acionistas

Segundo o artigo 9º da ICVM 481/09 a Companhia deve fornecer, aos acionistas da Companhia, os documentos listados a seguir.

A Statkraft está enquadrada no §4º do art.133 da Lei nº 6.404/76, estando à totalidade dos acionistas reunidos na Assembleia-geral, assim encontra-se "sanada a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos referidos neste artigo", entretanto, mantendo a obrigatoriedade da publicação da Proposta da Administração no sistema IPE, que deverá ocorrer antes da realização da reunião da Assembleia Geral Ordinária.

1.1 Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 9º da ICVM 481/09)

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social 2020 foram arquivados na CVM e BM&FBOVESPA no dia 18 de março de 2021 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Notícias do Dia no dia 31 de março de 2021. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.statkraft.com.br.

1.2 Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Inciso III do artigo 9º da ICVM 481/09)

As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I da presente Proposta.

1.3 Relatório dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 9º da ICVM 481/09)

O Relatório dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

1.4 Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver

O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

1.5 § 1º do artigo 9º - Inciso I – Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)

O formulário DFP foi entregue pela Companhia no dia 18 de março 2021, na mesma data de entrega do Relatório da Administração.

1.6 § 1º do artigo 9º - Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09.

1. Informar o Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido da Companhia foi de R\$ 59.504 mil em 31 de dezembro de 2020.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Considerando a futura demanda de capital de acordo com o Plano de Negócios da Companhia e de acordo com o item 11. Política de Dividendos do Acordo de Acionistas, o lucro líquido do ano 2020, após as exigências da Reserva Legal, deve ser integralmente destinado à Conta de Reserva de Lucros.

Portanto, a Administração propõe não distribuir dividendos, inclusive o mínimo de 5%.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não se aplica.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não se aplica.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não se aplica.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio

Não se aplica.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não se aplica.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não há.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não há.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 03 (três) exercícios anteriores

i) Lucro (prejuízo) do exercício por ação – R\$

2020	2019	2018
0,27249	0,20715	0,52064

ii) Lucro (prejuízo) do exercício por lote de mil ações – R\$

2020	2019	2018
272,49	207,15	520,64

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

2020	2019	2018
-	R\$ 17.725 mil	R\$ 23.312 mil

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**a) Identificar o montante destinado à reserva legal**

O montante destinado à reserva legal foi de R\$ 2.975 mil.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não se aplica.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado;
- 5% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Não se aplica.

c) Informar o montante eventual retido

Não se aplica.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não se aplica.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não se aplica.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante de resultado destinado à reserva

Não se aplica.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não se aplica.

d) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não se aplica.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não se aplica.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não se aplica.

b) Identificar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

c) Descrever como o montante foi calculado

Não se aplica.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

O Conselho de Administração da Statkraft aprovou no dia 11 de dezembro de 2020 pelo seguimento no pedido de Despacho de Requerimento da Outorga (DRO), junto a Aneel, para os projetos Ventos de São Vitorino, Morro do Cruzeiro e Sol de Brotas.

Os projetos foram antecipados depois que o MME publicou a MP que dispõe sobre mudanças nas regras atuais acerca de benefícios para projetos de fontes renováveis (desconto subsidiado de 50% na TUST/TUSD). A MP definiu o prazo máximo de 01 setembro.2021 para a solicitação da Outorga com o uso do benefício da TUST/TUSD, mas deve-se considerar que a data de entrada em operação deva ocorrer em até quatro anos contados a partir da emissão da outorga.

Adicionalmente, o Conselho de Administração aprovou em 2020 o início das obras do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia, que demandará investimentos de até R\$ 2,5 bilhões até 2023.

Para fins de atender às necessidades de investimentos futuros nos três projetos no montante total de até R\$ 1.071 milhões e de acordo com o item “11. Política de Dividendos” do Acordo de Acionistas, a Companhia propõe a destinação do lucro líquido do ano 2020 à Conta de Reserva de Lucros, após as exigências da Reserva Legal.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

A ata da Reunião do Conselho de Administração de 11 de dezembro de 2020 aprova o Desenvolvimento de projetos Greenfield (MP 998 Eólicas e Solar) em agosto o Conselho de Administração aprova o início das obras no projeto VSE.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

b) Explicar a natureza da destinação

Não se aplica.

1.7 § 1º do artigo 9º - Inciso III – Parecer do comitê de auditoria, se houver.

O Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças reunido no dia 11 de março de 2021 recomendou ao Conselho da Administração, as Demonstrações Contábeis da Companhia do ano de 2020.

2. Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas

2.1 Em Assembleia Geral Ordinária

2.1.1 Apreciar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e examinar, discutir e deliberar acerca do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020;

O Relatório da Administração contém informações sobre a conjuntura macroeconômica e o desempenho financeiro e das operações da Statkraft.

As Demonstrações Financeiras foram arquivadas na CVM e BM&FBOVEPSA no dia 18 de março de 2021 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Notícias do Dia em 31 de março de 2021. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.statkraft.com.br

Tais análises demonstram a situação econômico-financeira da Statkraft e evoluções da situação patrimonial ocorridas no exercício social. Dessa forma, é possível avaliar também os índices de liquidez e de lucratividade e o grau de endividamento da Statkraft.

Proposta da Administração

A administração propõe que os acionistas examinem com cuidado todos os documentos disponibilizados pela administração, tendo o Conselho de Administração decidido, por maioria aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

2.1.2 Apreciar a proposta de retenção do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;

Considerando a futura demanda de capital de acordo com o Plano de Negócios da Companhia e de acordo com o item “11. Política de Dividendos” do Acordo de Acionistas, o lucro líquido do ano 2020, após as exigências da Reserva Legal, deve ser integralmente destinado à Conta de Reserva de Lucros.

Proposta da Administração

A Administração propõe não distribuir dividendos, inclusive o mínimo de 5%.

2.1.3 Proposta de recondução dos membros do Conselho Fiscal

Nosso acionista Statkraft Investimentos Ltda reconduzirá **EMANUELA ROGGIA** e **MARCOS BETT PAGANI**, para o cargo de membros titulares do Conselho Fiscal da Companhia; **NATASHA GAERTNER LEWIN**, para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

Nosso acionista FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais reconduzirá **IVANYRA MAURA DE MEDEIROS CORREIA** para o cargo de membro titular do Conselho Fiscal da Companhia e **JOÃO VERNER JUENEMANN** para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

As informações dos itens 12.5 a 12.7 do Formulário de Referência, conforme instrução CVM N° 480/2009, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

2.1.4 Proposta de alteração dos membros do Conselho de Administração

Nosso acionista Statkraft Investimentos Ltda propõe a renúncia de **TRON ENGBRETHSEN** e **LAURENT GONZALO** dos cargos de membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia, conforme Termo de Renúncia assinado em 20 de abril de 2021.

Nosso acionista Statkraft Investimentos Ltda elegerá **MARÍA TERESA GONZÁLEZ RAMIREZ** e **JAN ERIK FELLE**, para os cargos de membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia, conforme Termo de Posse assinado em 20 de abril de 2021.

As informações dos itens 12.5 a 12.7 do Formulário de Referência, conforme instrução CVM N° 480/2009, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

2.2 Em Assembleia Geral Extraordinária

2.2.1 Apreciar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia

De acordo com o artigo 11, parágrafo único, item X, do Estatuto Social, compete à Assembleia Geral de Acionistas fixar a remuneração global dos Conselheiros Estatutários, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A fim de garantir a igualdade interna, a porcentagem proposta para ajustes salariais será definida de acordo com o ajuste salarial dos empregados como resultado das negociações sindicais.

A proposta considera reajuste anual de 5%, o que será a mesma estratégia adotada para negociações sindicais para outros funcionários.

Proposta da Administração

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2021 até 30 de abril de 2022, prazo estimado entre as AGOs, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários é de R\$ 8.698.961,58, com base no reajuste de 5%. Os valores totais incluem as contribuições propostas para o INSS pago pelo empregador e reconhecidas no resultado, pagamento do 13º salário em dezembro. O montante inclui estimativa para o Programa de Bônus, sujeito a realização de metas.

O valor proposto é 6,1% menor ao valor aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 15 de abril de 2020, para o período de maio de 2020 a abril de 2021. Referida redução decorre principalmente do menor número de diretores, com a consolidação da Diretoria de Assuntos Regulatórios na Diretoria de Desenvolvimento e Novos Negócios, além da posição de Diretor de Construções prevista em 2020 e não considerada em 2021.

A remuneração total para o ano de 2020 (janeiro a dezembro/20) foi de R\$ 9.246.459,12 incluindo Programa de Bônus de R\$ 1.030.466,43. A redução de 5,9% quando comparada com a proposta entre 1 de maio de 2021 até 30 de abril de 2022 é explicada pelo cancelamento de um cargo de Diretor, compensado pela correção monetária.

De acordo com o artigo 19, inciso XXI do Estatuto Social, o Conselho de Administração deliberará sobre a distribuição da remuneração global estabelecida pela Assembleia Geral.

Nossa política de remuneração é assim expressa:

O Conselho Fiscal é composto de três membros titulares e três suplentes, e recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2021 a 30 de abril de 2022 a verba anual prevista é R\$ 80.525,60 incluída a contribuição patronal à previdência social. Os membros indicados pelo acionista Statkraft não são remunerados.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2021 a 30 de abril de 2022 a verba anual prevista é R\$ 408.466,41, incluída a contribuição patronal à previdência social. Os membros indicados pelo acionista Statkraft não são remunerados.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Recursos Humanos, um Diretor Jurídico, um Diretor de Operação e Manutenção, um Diretor de Desenvolvimento e Novos Negócios e Assuntos Regulatórios e um Diretor de Gestão de Ativos e demais Diretores sem denominação específica. Recebe treze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2021 a 30 de abril de 2022 a verba anual prevista é R\$ 8.209.969,57, incluída a contribuição patronal à

previdência social, além de benefícios. O montante inclui estimativa para o Programa de Bônus, sujeito a realização de metas.

A remuneração para o período entre as AGOs está demonstrada no item 13.16 do anexo II.

2.2.2 Eleição ou recondução de mandato, por mais 01 ano, dos membros dos “Comitês de Assessoramento” da Companhia

A composição dos comitês de assessoramento da Companhia, será:

- (i) Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças: Kjersti Rønningen, Jan Erik Felle (suplente), Mariana Pontes e Paulo Andres Villacorta Guimaro Siqueira (suplente);
- (ii) Comitê de Recursos Humanos e Remuneração: Merve Ergün, Roxana Eyzaguirre (suplente), Andrei Angelo Busanello e Mariana Pontes (suplente); e
- (iii) Comitê de Investimentos: Austin Laine Powell, Simen Braein (suplente), Mariana Pontes e Andrei Angelo Busanello (suplente).

2.2.3 Alteração do Estatuto e da Diretoria Estatuária

Em benefício das sinergias e consoante a proposta da Administração aprovada em reunião do conselho de Administração de 16 de março de 2021, a Diretoria de Desenvolvimento e Novos Negócios passa a consolidar a Diretoria de Assuntos Regulatórios, que se chamaria Diretoria de Desenvolvimento e Novos Negócios e Assuntos Regulatórios.

Tendo em vista a proposta acima para aprovar a alteração do Artigo 20 do Estatuto Social da seguinte forma:

Artigo 20. A Companhia será administrada por, no mínimo, 2 (dois) Diretores, sendo: 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Financeiro, que também deverá atuar como Diretor de Relações com Investidores, cabendo aos demais Diretores atuar com os seguintes nomes: 1 (um) Diretor de Recursos Humanos; 1 (um) Diretor Jurídico; 1 (um) Diretor de Operação e Manutenção; 1 (um) Diretor de Desenvolvimento e Novos Negócios e Assuntos Regulatórios; 1 (um) Diretor de Gestão de Ativos e 1 (um) Diretor de Construção. Os Diretores serão eleitos e / ou reeleitos a cada 2 (dois) anos, podendo ser destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, todos residentes no país. Em caso de renúncia, vacância ou impedimento, o respectivo substituto será escolhido pelo Conselho de Administração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias. O Diretor eleito nessas condições deverá servir pelo restante do mandato do diretor que ele substituiu.

- ANEXO I -

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO CVM 480/2009)

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Afirmação da Statkraft no Brasil

O ano de 2020 representa para a Statkraft no Brasil um importante marco na afirmação das ambições desta Companhia em se tornar um importante player no mercado brasileiro. O início das obras do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênic (519 MW), na Bahia, é mais um importante passo na concretização do plano de crescimento para o Brasil.

Plano de crescimento

A Companhia possui atualmente 22 empreendimentos em operação (exceto pela PCH São João, cuja geração está interrompida em função da recuperação do túnel), com capacidade instalada de 448 MW e iniciou, em janeiro de 2021, a construção do Complexo Ventos de Santa Eugenia, na Bahia, que adicionará 519 MW à sua capacidade instalada, composta por 10 ativos. Com investimento de cerca de R\$ 2,5 bilhões até 2023, o projeto conta com localização favorável que possibilitará o compartilhamento de sinergias durante a operação, uma vez que está muito próximo às plantas eólicas em operação da Statkraft.

O projeto está alinhado com a estratégia da Statkraft de ser detentora de portfólios flexíveis de geração renovável por meio do desenvolvimento dos seus próprios projetos, bem como via aquisições seletivas em mercados priorizados. No Brasil, a ambição é crescer de forma robusta para adquirir e otimizar ativos em operação, de forma a incrementar sua capacidade de geração de energia hidráulica, eólica e solar.

b) Estrutura de capital

A Companhia prioriza financiamentos de longo prazo, em moeda nacional, com custos competitivos, com o objetivo de fazer frente aos elevados investimentos requeridos na implantação dos seus projetos de geração de energia, na categoria *project finance* com receita e estrutura de garantias atreladas ao período da sua amortização.

Para suportar aquisições de ativos já em operação, a Companhia também poderá optar por financiamentos de médio prazo.

No 1T20 a Companhia concluiu importantes iniciativas relacionadas à melhoria de sua estrutura de capital (liability management), efetuando o pagamento antecipado dos financiamentos de suas subsidiárias (i) UHE Monel Monjolinho, (ii) PCH Moinho, (iii) PCH Passos Maia e (iv) Complexo Eólico da Bahia. O total da operação de pré-pagamento somou R\$ 360 milhões, sendo o valor uma combinação de recursos próprios utilizados (R\$ 105 milhões) e recursos de terceiros (R\$ 255 milhões).

Adicionalmente, em setembro de 2020, a Companhia captou R\$ 145 milhões em um empréstimo ponte para financiamento do início das obras do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia. A Administração entende que tais iniciativas fortalecem ainda mais a estrutura de capital da Companhia, tornando um perfil de endividamento adequado ao futuro ciclo de investimentos que é esperado.

Em dezembro, a Companhia celebrou junto ao Banco do Nordeste (BNB) contratos de financiamento de até R\$1.062 milhões, no nível das investidas constituídas para o projeto do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo para pagamento de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA. O primeiro desembolso está previsto para 2T21 após atingimento de condições precedentes.

Em 31 de dezembro de 2020 a dívida líquida somava R\$ 398,8 milhões, cuja abertura é demonstrada na tabela abaixo.

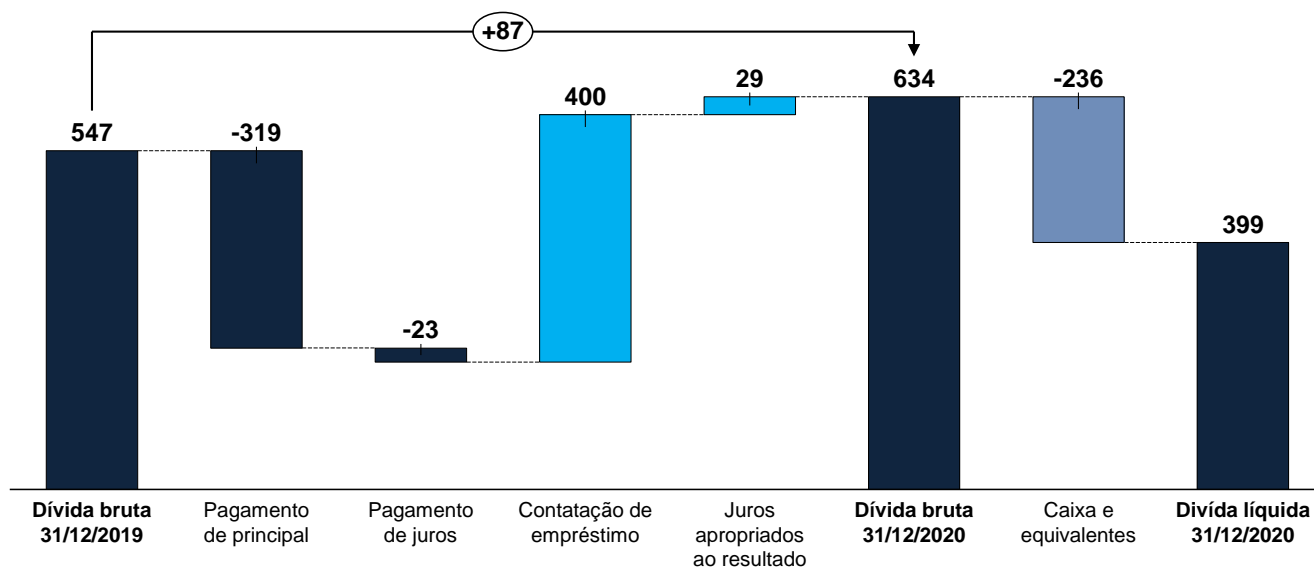
Alguns destaques do comportamento do endividamento a seguir:

Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro 2019	31 de dezembro de 2020	Diferença nominal	Var. %
Endividamento	547.100	634.448	87.348	16,0%
- Financiamento de obras - BNDES	115.128	0	(115.128)	N/A
- Financiamento de obras – BNB	204.281	0	(204.281)	N/A
- Debêntures 476	227.690	228.233	543	0,2%
- Financiamento 4.131	0	406.215	406.215	N/A
Caixa e aplicações financeiras	263.250	235.645	(27.605)	-10,5%

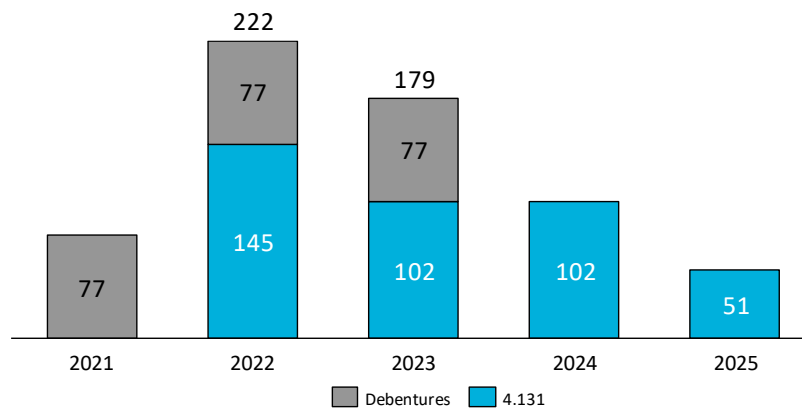
Dívida líquida	283.850	398.803	114.953	40,5%
EBITDA (últimos 12 meses)	229.099	236.101	7.002	3,1%
Dívida líquida / EBITDA	1,2	1,7	0,5	36,3%

Endividamento: entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou aumento de 40,5% ou R\$ 115,0 milhões.

As movimentações que contribuíram para aumento do saldo foram (i) captação de R\$ 400 milhões, incluindo a captação para melhoria da estrutura de capital (R\$ 255 milhões) e o empréstimo ponte (R\$145 milhões), e (ii) apropriação de encargos financeiros das parcelas a vencer no curto prazo dos empréstimos, no valor de R\$ 28,9 milhões. Esses efeitos foram atenuados pela (i) amortização de R\$ 318,8 milhões de principal e (ii) pagamento de R\$ 22,8 milhões de juros.

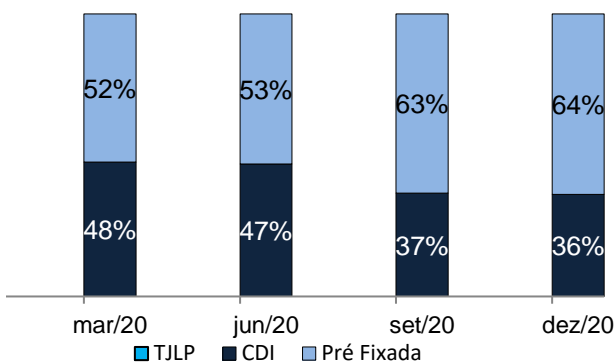


O cronograma de amortização do endividamento, em 31 de dezembro de 2020, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):

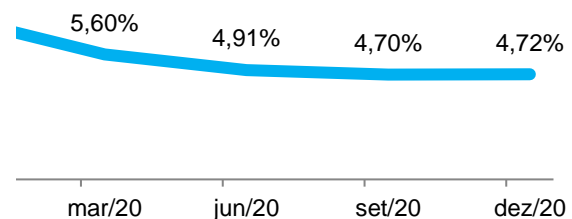


Em dezembro de 2020, a participação da dívida atrelada ao CDI era de 36%, representada pelas debêntures, ante a 64% da pré-fixada, representada pelas dívidas contratadas no 1T20 e no 3T20.

Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador



Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária

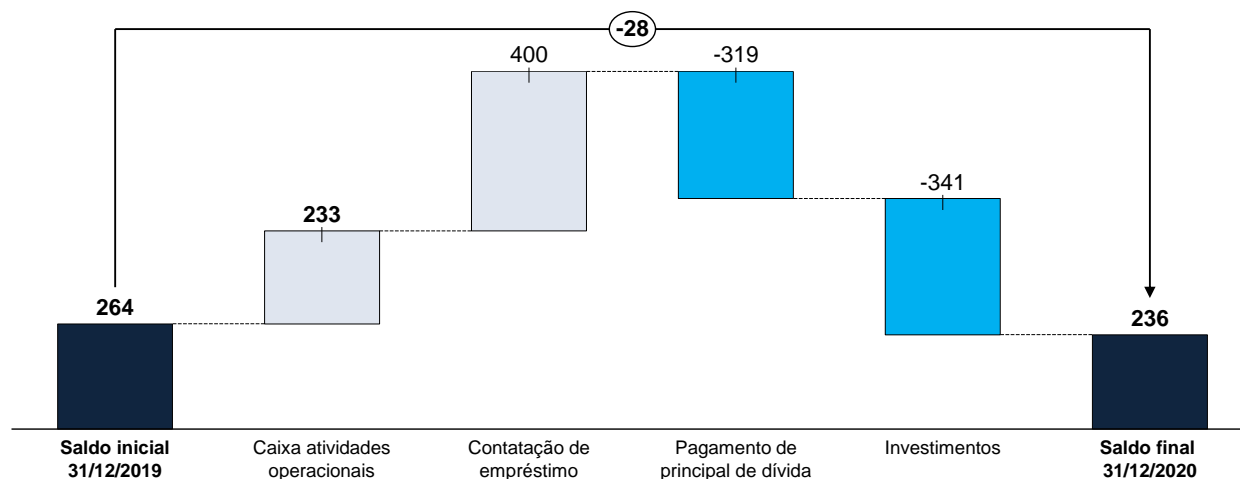


Caixa e aplicações financeiras: entre os períodos em análise houve redução do saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 27,9 milhões.

As movimentações que contribuíram para a redução foram (i) pagamento de principal sobre financiamentos no valor de R\$ 318,9 milhões e (ii) investimentos em imobilizado e intangível realizados no valor de R\$ 341,3 milhões.

Por outro lado, as movimentações que contribuíram para o aumento foram (i) a contratação de empréstimos no montante de R\$ 400,0 milhões e (ii) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 232,9.

O saldo de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020 era composto pelo saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo das subsidiárias e Statkraft, no valor de R\$ 235,6 milhões.



c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o nosso atual perfil de endividamento e nossa posição de liquidez, nossa Diretoria acredita termos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, despesas, dívidas e outros valores já contratados, embora não tenhamos garantias que tal situação permanecerá igual nos próximos exercícios sociais. Destaca-se abaixo os recentes eventos de readequação do perfil da dívida da Companhia:

- Em 27 de janeiro de 2020, a subsidiária Passos Maia Energética S.A. realizou o pagamento antecipado de seu financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 44.837 referente ao principal, juros e custo adicional de quitação. O pagamento foi realizado parte por aporte de capital recebido de seus acionistas (R\$ 40 milhões – no dia 27 de janeiro de 2020) e parte através de recursos próprios.
- Ainda, no dia 27 de fevereiro de 2020, a Statkraft Energias Renováveis S.A. realizou a contratação de dívida bancária no montante de R\$ 255 milhões. Os recursos capturados têm por objetivo o pré-pagamento dos demais financiamentos de suas subsidiárias, como parte integrante de um projeto de *liability management*.
- Como ação subsequente ao recebimento dos recursos financeiros acima descritos, no mesmo dia 27 de fevereiro, a Companhia realizou aporte de capital nas seguintes subsidiárias: (i) Monel

Monjolinho S.A – R\$ 71 milhões, (ii) Moinho S.A – R\$ 28 milhões, (iii) Macaúbas Energética S.A – R\$ 57 milhões, (iv) Seabra Energética S.A – R\$ 49,5 milhões e (v) Novo Horizonte Energética S.A – R\$ 49,5 milhões, destinando assim a totalidade dos recursos obtidos através de financiamento bancário.

- No dia 28 de fevereiro de 2020, as subsidiárias Monel Monjolinho Energética S.A., Macaúbas Energética S.A., Seabra Energética S.A. e Novo Horizonte Energética S.A., realizaram o pagamento antecipado de seus financiamentos junto ao BNDES e BNB. O total da operação realizada soma R\$ 286,0 milhões, sendo este referente ao principal, juros e custo adicional de quitação. O pagamento foi realizado parte pelo aporte de capital recebido do seu acionista (acima descritos) e parte através de recursos próprios.
- No dia 02 de março de 2020, a subsidiária Moinho S.A. realizou o pagamento antecipado de seu financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 29,1 milhões referente ao principal, juros e custo adicional de quitação. O pagamento foi realizado parte por aporte de capital recebido do seu acionista (acima descrito) e parte através de recursos próprios.
- Em 31 de agosto de 2020, foi concluído processo de incorporação da Monel Monjolinho Energética pela Statkraft Energias Renováveis S.A, gerando eficiência administrativa e benefício econômico considerando os prejuízos fiscais reportados no nível SKER, que serão consumidos após a fusão.

Vale ressaltar, ainda, que possuímos um fluxo de caixa recorrente e previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo. Este fator reforça nossa solidez para honrarmos nossos compromissos financeiros.

d) Fontes e financiamento para capital de giro e para investimentos não-circulantes utilizadas

Pretendemos manter a estratégia de captação de recursos de longo prazo para cobertura de parcela relevante dos investimentos necessários para a implantação dos nossos projetos. Mais especificamente, pretendemos continuar captando tais recursos (i) por intermédio de nossas SPEs titulares de concessões ou autorizações, e (ii) de instituições financeiras de fomento, na modalidade de *project finance*.

Não possuímos necessidades relevantes de capital de giro. Caso surjam demandas desta natureza, as instituições financeiras de fomento, assim como os bancos comerciais, possuem linhas de financiamento específicas para estas necessidades de caixa. De toda forma, acreditamos que estamos atualmente em condições de contratar tais financiamentos para custear nossas necessidades de caixa.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Somos uma empresa que investe em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros. Nossas fontes de recursos são através de (i) aportes de capital

de nossos controladores (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias e (iii) recebimento de dividendos de nossas subsidiárias em operação.

Nosso bloco de controle é formado pela Statkraft Investimentos Ltda. (81,3%) e FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais (18,7%).

Acreditamos que a medida que nossa capacidade instalada cresça, os dividendos que recebemos das nossas subsidiárias também aumentem. De forma geral, o fluxo de dividendos de nossas subsidiárias é crescente, uma vez que parte substancial de suas despesas está atrelada ao pagamento de encargos bancários atrelados ao financiamento de longo prazo, cujo valor é decrescente ao longo do tempo.

Para necessidades de caixa de curto prazo, nossos controladores, como previsto no Acordo de Acionistas, também poderão realizar empréstimos na forma de mútuos que também poderão vir a ser transformados em aporte de capital. Adicionalmente poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

As tabelas apresentadas abaixo demonstram o nosso endividamento, em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Financiamento de obras - BNDES	-	-	-	115.128
Financiamento de obras - BNB	-	-	-	204.282
Empréstimos	406.215	-	406.215	-
Debêntures	228.233	227.690	228.233	227.690
Total	634.448	227.690	634.448	547.100
Apresentados como:				
Passivo circulante	82.413	6.027	82.413	35.382
Passivo não circulante	552.035	221.663	552.035	511.718

Destaca-se que, até a data da realização dessa AGO, os financiamentos ligados ao BNDES e BNB

acima mencionados foram quitados de forma antecipada.

- **Debêntures**

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 230.000 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), e prazo de vencimento de 5 anos. Conforme previsto na escritura de emissão, as principais características podem ser assim apresentadas:

(i) **Juros remuneratórios**

Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 0,95% ao ano calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a primeira taxa de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

(ii) **Cláusulas de Eventos de Inadimplemento**

A escritura de debêntures possui cláusula que requer que, durante o período de amortização do contrato, a Companhia acompanhe em bases semestrais o índice financeiro calculado através da dívida líquida sobre EBITDA igual ou menor do que 3,5. A Companhia cumpriu adequadamente tal requisito tendo apurado em 31 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2020 o referido índice em 0,8 e 1,7 respectivamente.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2020 não dispúnhamos de limites de utilização de financiamentos.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a nossa estrutura patrimonial e nosso resultado operacional baseia-se nas informações financeiras resultantes de nossas Demonstrações Financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

<u>ATIVO</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>AV %</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>AV %</u>	<u>AH %</u>
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	235.645	10%	219.702	10%	7%
Contas a receber	54.730	2%	62.415	3%	-12%
Dividendos a receber	3.604	0%	1.494	0%	141%
Estoques	2.179	0%	-	0%	-
Tributos a recuperar	17.297	1%	14.808	1%	17%
Repactuação do risco hidrológico	884	0%	2.382	0%	-63%
Outros ativos	10.532	0%	8.142	0%	29%
Total do ativo circulante	324.871	14%	308.943	14%	5%
NÃO CIRCULANTE					
Aplicação financeira restrita	-	0%	43.818	2%	-100%
Contas a receber	9.550	0%	28.072	1%	-66%
Partes relacionadas	-	0%	-	0%	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	180	0%	13.726	1%	-99%
Repactuação do risco hidrológico	3.668	0%	4.552	0%	-19%
Propriedades para investimento	19.092	1%	15.123	1%	26%
Operações descontinuadas	1.992	0%	2.173	0%	-8%
Investimentos ao valor justo	40.476	2%	60.827	3%	-33,5%
Outros ativos	5.995	0%	3.743	0%	60%
		0%		0%	
Investimentos	48.714	2%	27.198	1%	79%
Imobilizado	1.561.815	66%	1.343.327	61%	16%
Intangível	331.439	14%	352.013	16%	-6%
Total do ativo não circulante	2.022.921	86%	1.894.572	86%	7%
TOTAL DO ATIVO	<u>2.347.792</u>	<u>100%</u>	<u>2.203.515</u>	<u>100%</u>	<u>7%</u>

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

A variação negativa de R\$ 27,9 milhões em 2020 quando comparada a 2019 se deve (i) pagamento de principal sobre financiamentos no valor de R\$ 318,9 milhões e (ii) investimentos em imobilizado e intangível realizados no valor de R\$ 341,3 milhões. Por outro lado, as movimentações que contribuíram para o aumento foram (i) a contratação de empréstimos no montante de R\$ 400,0 milhões e (ii) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 232,9.

Contas a receber circulante e não circulante

A redução do saldo de contas a receber está substancialmente vinculada ao Contrato de Energia Reserva - CER, mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem os parques eólicos em operação do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa e atualizados pelo índice IPCA. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses. A Companhia ao longo de 2020 realizou contratos de cessão a terceiros dos valores a receber decorrente da geração a excedente, tornando o recebível em caixa no montante de R\$ 19,9 milhões. O restante da variação está atrelado a geração a menor do parque quando comparado com anos anteriores.

Estoques

Saldo de materiais em almoxarifado para operação e manutenção das usinas do parque eólico em operação (+R\$ 2,1 milhões).

Dividendos a receber

Em 2020 a investida PCH Passos Maia (controlada em conjunto) destinou para SKER dividendos adicionais (+R\$ 4,1 milhões), e pagou os dividendos obrigatórios de 2019 (-R\$ 3,0 milhões).

Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2020, o saldo de "Ativo circulante total" atingiu R\$ 324,8 milhões, apresentando aumento de 5% em comparação a 31 de dezembro de 2019, quando atingiu R\$ 308,9 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Aplicação financeira restrita

Ao longo do exercício de 2020 a Companhia realizou o pré-pagamento dos contratos de empréstimos que exigiam contratualmente montantes em espécies como garantia. O saldo era apresentado em aplicação financeira restrita, após a liquidação da dívida o montante ficou disponível em caixa e equivalentes de caixa.

Investimentos ao valor justo

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de “Investimentos não controlados ao valor justo” atingiu R\$ 40,5 milhões, representando redução de 34% em comparação com 31 de dezembro de 2019, quando atingiu R\$ 60,8 milhões. A redução deu-se em função da reavaliação do valor justo dos investimentos das Usinas Hidrelétricas Ceran e Dona Francisca, por conta de premissas mercadológicas e macroeconômicas.

Repactuação do risco hidrológico

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de atingiu R\$ 3,6 milhões, frente ao saldo de R\$ 4,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. A variação é da apropriação de ativo regulatório decorrente da adesão à repactuação dos riscos hidrológicos.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de “Investimentos” atingiu R\$ 48,7 milhões, representando aumento de 79% em comparação com 31 de dezembro de 2019, quando atingiu R\$ 27,1 milhões. O aumento deu-se principalmente pelo resultado da controlada em conjunto PCH Passos Maia atribuíveis a Statkraft (R\$ 15,1 milhões).

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$ 1.561,8 milhões, representando aumento de 16% em comparação com 31 de dezembro de 2019, quando atingiu R\$ 1.343,3 milhões. O aumento deu-se, essencialmente, por conta (ii) das adições realizadas em 2020 no valor de R\$ 344,5 milhões, tendo como parte relevante de sua composição os valores pagos pelas subsidiárias envolvidas no projeto Ventos de Santa Eugênia ao fornecedor de turbinas para início da construção do parque eólico, atenuado pela (i) depreciação incorrida em 2020 no valor R\$ -84,9 milhões e (iii) provisão de R\$ 32,7 milhões para perda por redução ao valor recuperável na PCH São João.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de “Intangível” atingiu R\$ 331,4 milhões, representando redução de 6% em comparação com 31 de dezembro de 2019, quando atingiu R\$ 352 milhões. A

redução deu-se por conta da (i) amortização de mais-valia (R\$ 17,5 milhões), (ii) amortização de UBP (Uso do Bem Público) e outros (R\$ 3,6 milhões).

Total do ativo não circulante

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2020, o saldo de “Total do ativo não circulante” atingiu R\$ 2.022,9 milhões, apresentando aumento de 7% em comparação a 31 de dezembro de 2019, quando atingiu R\$ 1.894,5 milhões.

Total do ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2020, o saldo de “Total do ativo” atingiu R\$ 2.347,8 milhões, 7% acima do ativo de 31 de dezembro de 2019, quando atingiu R\$ 2.203,5 milhões.

• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>AV %</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>AV %</u>	<u>AH %</u>
CIRCULANTE					
Fornecedores	124.009	5,2%	103.982	4,7%	19%
Financiamentos e debêntures	82.413	3,5%	35.382	1,6%	133%
Partes relacionadas	58.972	2,5%	54.376	2,5%	8%
Concessões a pagar	11.537	0,5%	9.897	0,4%	17%
Salários e encargos sociais	8.556	0,4%	6.933	0,3%	23%
Arrendamentos	3.796	0,2%	2.819	0,1%	35%
Tributos a recolher	4.032	0,2%	4.674	0,2%	-14%
Imposto de renda e contribuição social	1.816	0,1%	5.551	0,3%	-67%
Dividendos a pagar	2.826	0,1%	2.149	0,1%	32%
Outros passivos	8.683	0,4%	6.744	0,3%	29%
Total do passivo circulante	306.640	13,0%	232.507	10,6%	32%
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e debêntures	552.035	23,3%	511.718	23,2%	8%
Concessões a pagar	85.050	3,6%	70.388	3,2%	21%
Tributos a recolher	349	0,0%	1.025	0,0%	-66%
Imposto de renda e contribuição social	294	0,0%	865	0,0%	-66%
Provisão para remoção de imobilizado	10.866	0,5%	10.455	0,5%	4%
Arrendamentos	13.275	0,6%	11.713	0,5%	13%

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	38.216	1,6%	43.692	2,0%	-13%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.544	1,0%	40.601	1,8%	-57%
Provisão para passivo a descoberto	-	0,0%	-	0,0%	-
Outros passivos	2.421	0,1%	2.695	0,1%	-10%
Total do passivo não circulante	720.050	30,7%	693.152	31,5%	4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	1.131.910	47,9%	1.131.910	51,4%	0%
Reservas de Lucros	158.036	6,7%	101.358	4,6%	56%
Ajuste de avaliação patrimonial	31.149	1,8%	44.581	2,0%	-5%
	1.321.095	56,3%	1.277.849	58,0%	3%
Participação de não controladores	7	0,0%	7	0,0%	0%
Total do patrimônio líquido	1.321.102	56,3%	1.277.856	58,0%	3%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.347.792	100,0%	2.203.515	100,0%	7%

CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de “Fornecedores” atingiu R\$ 124 milhões, apresentando aumento de 19% em comparação com 31 de dezembro de 2019, quando atingiu R\$ 103,9 milhões. A variação observada dá-se por conta, principalmente, dos saldos de provisão a pagar das usinas hidrelétricas PCH Moinho e UHE Monel Monjolinho que perderam a proteção pelas liminares do GSF, cujos saldos são atualizados por IGPM (R\$ 21,9 milhões).

Financiamentos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de “Financiamentos e debêntures” atingiu R\$ 634,4 milhões circulante e não circulante, apresentando um aumento de 16,0% em comparação com 31 de dezembro de 2019, quando atingiu R\$ 547,1 milhões. A variação observada dá-se por conta, principalmente, das amortizações e pré-pagamentos realizadas no período (R\$ 341,6 milhões), contratação de empréstimos (R\$ 400 milhões) e apropriação de custo e encargos (R\$ 28,9 milhões).

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de “Partes Relacionadas” atingiu R\$ 58,9 milhões, apresentando aumento em comparação com 31 de dezembro de 2019, quando atingiu R\$ 54,3 milhão. A variação observada dá-se por conta, principalmente, da compra de energia elétrica para

.....

hedge comercial (R\$ 2,8 milhões) e serviço tomado de parte relacionado no exterior (R\$ 1,1 milhão).

Concessões a pagar (circulante e não circulante)

O saldo de concessões a pagar em 31 de dezembro de 2020, circulante e não circulante, totaliza R\$ 96,5 milhões, aumentando 20% quando comparado com 31 de dezembro de 2019 quando apresentava o montante de R\$ 80,3 milhões. A variação do saldo é impactada pelos pagamentos ao longo de 2020 (R\$ 9,3 milhões) e pela atualização monetário do saldo devedor pelo IGPM (R\$ 25,7 milhões).

Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2020 o saldo da conta “Total do passivo circulante” atingiu R\$ 306,6 milhões, apresentando um aumento de 32% em comparação com 31 de dezembro de 2019, quando atingiu R\$ 232,5 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é de R\$ 38,2 milhões, apresentando uma redução de 13% frente ao saldo do exercício anterior, quando apresentava um saldo de R\$ 43,7 milhões. A redução está composta por adição de provisão (R\$ 0,3 milhão), reversão de provisão (R\$ 9,1 milhões) e atualização monetária (R\$ 3,3 milhões).

Total do passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2020 o saldo da conta “Total do passivo não circulante” atingiu R\$ 720,1 milhões, apresentando um aumento de 4% em comparação com 31 de dezembro de 2019, quando atingiu R\$ 693,1 milhões.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 o patrimônio líquido da Companhia representava R\$ 1.321,1 milhões, sendo o aumento de 3% na comparação com 31 de dezembro de 2019, quando representou R\$ 1.277,8 milhões, alavancado por força da (i) constituição de reserva de lucros no valor de R\$ 53,7, (ii) constituição de reserva legal, no montante de R\$ 2,9 milhões, (iii) além do valor do ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$ 2,2 milhões e destinação de dividendos obrigatórios no montante de R\$ 2,8 milhões.

Total do passivo e patrimônio líquido

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2020, o saldo de “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$ 2.347,8 milhões, frente ao saldo 31 de dezembro de 2019, quando atingiu R\$ 2.203,5 milhões.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

R\$ mil	2019	2020	AH
Receita líquida	438.070	477.180	8,9%
Custo do fornecimento de energia elétrica	(213.625)	(232.614)	8,9%
Custo dos serviços prestados	(5.217)	(5.693)	9,1%
Lucro bruto	219.228	238.873	9,0%
Gerais e administrativas	(94.785)	(101.889)	7,5%
Outras (despesas) receitas	(22.370)	(27.215)	N/A
Equivalência patrimonial	6.291	15.177	141,2%
Dividendos auferidos	4.314	5.026	16,5%
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	112.678	129.972	15,3%
Resultado financeiro	(39.559)	(56.157)	42,0%
Despesas financeiras	(62.605)	(68.443)	9,3%
Receitas Financeiras	23.046	12.286	-46,7%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	73.119	73.815	1,0%
Imposto de renda e contribuição social	(28.159)	(14.130)	-49,8%
Resultado proveniente de operações descontinuadas	276	(181)	-165,6%
Lucro líquido do exercício	45.236	59.504	31,5%
Acionistas da Controladora	45.236	59.504	31,5%
Participação de não controladores	-	-	-

Receita Operacional líquida

Em 2020 a receita líquida apurada foi de R\$ 477,2 milhões, aumento de 8,9% na comparação com 2019. Tal variação justifica-se pela correção dos preços dos contratos de venda de energia, em adição ao efeito do Mercado de Curto Prazo.

Ressaltamos que o resultado líquido do efeito do MCP (Mercado de Curto Prazo) é conjunto com a linha de “Compra de Energia”, classificada no custo da energia vendida (abaixo demonstrada). A variação líquida no resultado do MCP deve-se, essencialmente,

às variações nos custos com compra de energia, razão pela qual estão apresentadas abaixo, no grupo de custo.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2019	2020	Var %
Receita Líquida Total	438.070	477.180	8,9%
Fornecimento de energia	437.244	476.731	9,0%
- Contrato de energia de reserva – CER	98.446	90.658	-7,9%
- Contrato de compra de energia regulada (CCEAR)	136.835	135.254	-1,2%
- Programa de Incentivo às Fontes Al. de Energia Elétrica (PROINFA)	97.133	98.361	1,3%
- Contrato ambiente de contratação livre (ACL)	52.071	113.042	117,1%
- Contrato Bilateral Regulado (CBR)	82.783	75.374	-8,9%
- Tributos sobre a venda de energia elétrica	(30.024)	(35.958)	19,8%
Outros serviços	826	449	-45,6%

Contrato de Energia de Reserva (CER)

A queda de R\$ 7,8 milhões no ano é resultado da menor geração advinda dos parques eólicos. Apesar da redução observada, os níveis de receita permanecem acima da energia contratada.

As receitas decorrentes do contrato de energia de reserva (CER) são provenientes das usinas Eólicas: Energen, Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra.

Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)

A queda de R\$ 1,3 milhão em 2020 quando comparado com 2019 é decorrente da variação do efeito do mercado de curto prazo, atenuado pela correção contratual dos preços.

As receitas decorrentes do CCEAR são provenientes da UHE Monjolinho, PCH Santa Fé e SKER (ativos Tamar).

Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

O aumento de R\$ 1,2 milhão em 2020 comparado ao ano anterior deve-se a correção dos preços do PPA, parcialmente compensado pelo efeito do mercado de curto prazo.

As receitas decorrentes do PROINFA são provenientes das PCH Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa.

Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)

O aumento em 2020, equivalente a R\$ 61,0 milhões, na comparação com 2019, deve-se, essencialmente, à variação no efeito do Mercado de Curto Prazo, além da correção contratual dos preços.

As receitas decorrentes do ACL são provenientes da PCH Moinho e SKER (ativos Tamar).

Contrato Bilateral Regulado (CBR)

A redução de R\$ 7,4 milhões em 2020 é decorrente da variação do efeito do mercado de curto prazo, atenuados pela correção contratual dos preços.

As receitas decorrentes do CBR são provenientes da SKER (ativos Tamar).

Custos operacionais

Em 2020 os custos operacionais somaram R\$ 238,3 milhões, aumento de 8,9%, na comparação com 2019, quando o valor foi de R\$ 218,8 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custos Operacionais (R\$ mil)	2019	2020	Var %
Custo Total	218.842	238.307	8,9%
Custo do fornecimento de energia elétrica	213.625	232.614	8,9%
- Depreciação e amortização	114.364	103.220	-9,7%
- Encargos setoriais	13.702	16.334	19,2%
- Custo com compra de energia elétrica	66.344	94.634	42,6%
- Seguro regulatório	5.376	4.947	-8,0%
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	13.839	13.479	-2,6%
Custo dos serviços prestados	5.217	5.693	9,1%
- Outros serviços	5.217	5.693	9,1%

Depreciação e Amortização

A variação de 9,7%, equivalentes a R\$ 11,1 milhões, na comparação de 2020 com 2019, deve-se à mudança na estimativa de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil técnica dos ativos imobilizados limitadas ao prazo de concessão ou da autorização para as usinas eólicas e a vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) para as usinas hídricas.

Encargos Setoriais

A variação de 19,2% em 2020 deve-se, essencialmente, à diferença no tratamento entre custos e despesas. Em 2020, os encargos setoriais relativos a custos incorridos com TUSD e CUST foram reclassificados da rubrica de despesas gerais e administrativas para custos na geração de energia elétrica.

Custo com Compra de Energia Elétrica

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica nos últimos anos tem exigido atenção aos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF. Os anos de 2019 e 2020, da mesma forma, tem exigido da Companhia

iniciativas para mitigar o efeito hidrológico. Segundo dados da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), o Brasil teve o sétimo pior ciclo hidrológico da história no ano de 2019. A baixa hidrologia, por sua vez, impactou os custos de operação o sistema e o consumidor de energia elétrica. Com menos chuvas, as hidrelétricas produzem menos, exigindo que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) utilize as térmicas para atender a carga.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

Em 2020 o valor gasto com compra de energia elétrica somou R\$ 94,6 milhões, comparado ao valor de R\$ 66,3 milhões em 2019. Quando observamos o custo com a compra de energia do Mercado de Curto Prazo, líquido das receitas advindas do Mercado de Curto Prazo, o resultado em 2020 representou um custo líquido de R\$ 40,9 milhões, incluindo custo líquido de R\$ 5,4 milhões em função da paralização da PCH São João.

Tais variações são decorrentes das alterações no cenário hidrológico e as ações acima descritas.

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

Os outros custos de fornecimento de energia são compostos, essencialmente, por serviços contratados para as atividades de manutenção e operação dos ativos da Statkraft, bem como os seguros contra risco operacional e responsabilidade civil. Em adição, a partir do 3T19, passou a ser apresentado neste grupo créditos de PIS/Cofins sobre depreciação/amortização.

Em 2020 esta rubrica somou R\$ 13,5 milhões, representando redução de R\$ 0,4 milhão na comparação com 2019.

Outros Serviços

Neste grupo são apresentados os gastos relacionados aos serviços administrativos e O&M prestados pela Controladora para suas subsidiárias.

Despesas (receitas) gerais

Em 2020 as despesas gerais somaram R\$ 129,1, aumento de 10,2% na comparação com 2019.

Despesas Gerais (R\$ mil)	2019	2020	Var %
Despesas Totais	117.155	129.105	10,2%
- Gerais e Administrativas totais	94.785	101.889	7,5%
- Gerais e administrativas	61.999	67.996	9,7%
- Remuneração dos administradores	7.770	9.246	19,0%
- Encargos setoriais	7.819	5.710	-27,0%

- Depreciação e amortização	2.057	2.909	41,4%
- Com estudos em desenvolvimento	15.140	16.028	5,9%
- Outras despesas (receitas)	22.370	27.216	21,7%

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Gerais e administrativas

No ano, o aumento de 9,7% quando comparado a 2019 é explicado pelo aumento de posições para atender o plano de crescimento da Companhia.

Remuneração dos Administradores

Nesta rubrica estão contabilizadas as despesas relativas à remuneração dos Diretores da Companhia, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais. Em 2020 os valores apurados foram de R\$ 9,2 milhões, representando aumento de 19,0% na comparação com o ano anterior. O aumento ocorreu em função (i) do efeito inflacionário sobre honorário – 4,0%, (ii) do efeito da efetivação do Diretor de Gestão em 01/10/2019 e (iii) do fato de uma posição do Conselho Fiscal ter ficado vaga por 4 meses em 2019.

Encargos Setoriais

A variação observada nessa rubrica deve-se, essencialmente, à diferença no tratamento entre custos e despesas e por menores despesas com CFURH na Monel, em linha com a menor produção. Em 2020, os encargos setoriais relativos a custos incorridos com TUSD e CUST foram reclassificados da rubrica de despesas gerais e administrativas para custos na geração de energia elétrica.

Estudos e Desenvolvimento

Em 2020 a Companhia incorreu em gastos com o desenvolvimento de negócios, em linha com o plano estratégico da Companhia.

Outras despesas (receitas)

O resultado decorrente de outras despesas ou receitas em 2020 totalizou uma despesa líquida de R\$ 27,2 milhões. O resultado foi impactado, essencialmente, pela provisão de *impairment* da PCH São João, de R\$ 32,7 milhões, compensando pela reversão de provisão para perda em ativos relativos a propriedades da Companhia, cujo valor foi de R\$ 3,9 milhões.

Resultado de participação societária

Em 2020 o valor apurado foi equivalente a um ganho de R\$ 20,2 milhões. Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Ganho (perda) provenientes participações societárias (R\$ mil)	2019	2020	Var %
- Equivalência patrimonial	6.291	15.177	141,2%

- Dividendos auferidos	4.314	5.026	16,5%
Resultado de participações	10.605	20.203	90,5%

Equivalência Patrimonial

Composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), que foi afetado positivamente pela estratégia de gestão de energia adotada pela Companhia no intuito de mitigar os riscos advindos do cenário hidrológico.

Dividendos auferidos

Composto pelos dividendos recebidos de CERAN (5%) e Donas Francisca (2,12%).

Resultado financeiro

Em 2020 o resultado foi uma despesa líquida de R\$ 56,2 milhões, aumento de R\$ 16,6 milhões, na comparação com 2019.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2019	2020	Var %
Receitas financeiras	23.046	12.286	-46,7%
- Com aplicações financeiras (i)	23.205	10.848	-53,3%
- Variação monetária ativa	-	1.243	N/A
- Outras receitas financeiras	(159)	195	N/A
Despesas financeiras	(62.605)	(68.443)	9,3%
- Com financiamentos (ii)	(42.668)	(30.116)	-29,4%
- Comissão de fiança e garantias	(14)	(20)	42,9%
- IOF, multa e juros sobre tributos	(875)	(1.083)	23,8%
- Variação monetária passiva	(116)	(346)	198,3%
- Concessões a pagar e outras despesas (iii)	(10.726)	(28.902)	169,5%
- Juros sobre contrato de mútuo	(1.577)	(217)	-86,2%
- Juros sobre arrendamento mercantil	(1.196)	(1.144)	-4,3%
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(692)	(1.827)	164,0%
- Outras despesas financeiras	(4.741)	(4.788)	1,0%
Resultado Financeiro	(39.559)	(56.157)	42,0%

Receitas Financeiras

Em 2020 as receitas financeiras atingiram R\$ 12,3 milhões, representando redução de R\$ 10,8 milhões na comparação com 2019. Tal variação é decorrente, principalmente, do (i) menor rendimento sobre aplicações financeiras em função da menor curva de CDI apurada no período.

Despesas Financeiras

Em 2020 as despesas financeiras atingiram R\$ 20,9 milhões e R\$ 68,4 milhões, apresentando aumento de R\$ 4,0 milhões e R\$ 5,8 milhões na comparação com os mesmos períodos do ano anterior. O aumento deve-se a (i) variação das despesas financeiras sobre concessão a pagar (UBP) em função da curva de IGP-M apurado no período, (ii) pagamento da taxa de análise de viabilidade dos projetos junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no valor de R\$ 3,0 milhões e (iii) taxa de pré-pagamento da dívida junto ao BNDES na operação de *liability management*, ambas afetando outras despesas financeiras. Tais aumentos foram compensados parcialmente pela menor capitalização de juros por conta do pré-pagamentos das dívidas das subsidiárias da Companhia, com consequente redução do custo médio.

Imposto de renda e contribuição social

A Statkraft optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2020 o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo negativo de R\$ 14,1 milhões.

Operações descontinuadas

Em 2020 as operações descontinuadas somaram receita de R\$ 181 mil, representando o resultado da subsidiária Enex.

Lucro líquido no período

Em 2020 foi registrado resultado líquido de R\$ 59,5 milhões, comparado ao resultado de R\$ 45,2 milhões registrados em 2019.

EBITDA e Margem EBITDA – conforme Instrução CVM 527

O EBITDA alcançou R\$ 236,1 milhões em 2020, apresentando um aumento de R\$ 7,0 milhões em relação a 2019, em função dos efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA apresentou queda de 2,8 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 52,3% para 49,5% da receita operacional líquida no 2019 e 2020.

EBITDA (R\$ mil)	2019	2020	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	45.236	59.504	31,5%
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	28.159	14.130	-49,8%
(+) Despesas financeiras líquidas	39.559	56.157	42,0%
(+) Depreciação, amortização	116.421	106.129	-8,8%
(+) Operação descontinuada	(276)	181	N/A
EBITDA – ICVM nº 527	229.099	236.101	3,1%
Receita Líquida	438.070	477.180	8,9%
Margem EBITDA (%)	52,3%	49,5%	-2,8

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

• **ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Ativo	dez/19	AV	dez/18	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	219.702	9,97%	261.171	11,64%	-15,88%
Contas a receber	62.415	2,83%	128.725	5,74%	-51,51%
Dividendos a receber	1.494	0,07%	1.350	0,06%	10,67%
Tributos a recuperar	14.808	0,67%	9.309	0,41%	59,07%
Repactuação de risco hidrológico	2.382	0,11%	3.049	0,14%	-21,88%
Outros ativos	8.142	0,37%	5.418	0,24%	50,28%
	308.943	14,02%	409.022	18,23%	-24,47%
Não circulante					
Aplicação financeira restrita	43.818	1,99%	43.021	1,92%	1,85%
Contas a receber	28.072	1,27%	33.064	1,47%	-15,10%
Partes relacionadas	0	0,00%	2.352	0,10%	-100,00%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.726	0,62%	13.726	0,61%	0,00%
Repactuação de risco hidrológico	4.552	0,21%	5.302	0,24%	-
Outros ativos	3.743	0,17%	2.534	0,11%	47,71%
Propriedades para investimentos	15.123	0,69%	15.497	0,69%	-2,41%
Operações descontinuadas	2.173	0,10%	1.896	0,08%	14,61%
Investimentos ao valor justo	60.827	2,76%	48.686	2,17%	24,94%
Investimentos	27.198	1,23%	26.451	1,18%	2,82%
Imobilizado	1.343.327	60,96%	1.468.449	65,43%	-8,52%
Intangível	352.013	15,98%	174.231	7,76%	102,04%
	1.894.572	85,98%	1.835.209	81,77%	3,23%
Total do ativo	2.203.515	100,00%	2.244.231	100,00%	-1,81%

• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Passivo e patrimônio líquido	dez/19	AV	dez/18	AV	AH
Circulante					
Fornecedores	103.982	4,72%	130.672	5,82%	-20,43%
Financiamentos	35.382	1,61%	59.213	2,64%	-40,25%
Partes relacionadas	54.376	2,47%	52.909	2,36%	2,77%
Concessões a pagar	9.897	0,45%	10.421	0,46%	-5,03%
Salários e encargos sociais	6.933	0,31%	7.039	0,31%	-1,51%
Arrendamentos	2.819	0,13%	0	0,00%	-
Tributos a recolher	4.674	0,21%	7.840	0,35%	-40,38%
Imposto de renda e contribuição social	5.551	0,25%	19.384	0,86%	-71,36%
Dividendos a pagar	2.149	0,10%	17.725	0,79%	-87,88%
Outros passivos	6.744	0,31%	11.819	0,53%	-42,94%
	232.507	10,55%	317.022	14,13%	-26,66%
Não circulante					
Financiamentos e debêntures	511.718	23,22%	546.907	24,37%	-6,43%
Concessões a pagar	70.388	3,19%	68.893	3,07%	2,17%
Tributos a recolher	1.025	0,05%	1.207	0,05%	-15,08%
Imposto de renda e contribuição social	865	0,04%	1.018	0,05%	100,00%
Provisão para remoção de imobilizado	10.455	0,47%	10.143	0,45%	3,08%
Arrendamentos	11.713	0,53%	-	0,00%	#DIV/0!
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	43.692	1,98%	20.814	0,93%	109,92%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	40.601	1,84%	42.773	1,91%	-5,08%
Outros passivos	2.695	0,12%	9.642	0,43%	-72,05%
	693.152	31,46%	701.397	31,25%	-1,18%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.131.910	51,37%	1.131.910	50,44%	0,00%
Reservas de lucros	101.358	4,60%	57.327	2,55%	76,81%
Ajuste de avaliação patrimonial	44.581	2,02%	36.568	1,63%	21,91%
	1.277.849	57,99%	1.225.805	54,62%	4,25%
Participação dos não controladores	7	0,00%	7	0,00%	0,00%
Total do patrimônio líquido	1.277.856	57,99%	1.225.812	54,62%	4,25%
Total do passivo e patrimônio líquido	2.203.515	100,00%	2.244.231	100,00%	-1,81%

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	2019	2018	AH
Receita operacional	438.070	314.546	39,27%
Custo do fornecimento de energia elétrica	(213.625)	(137.346)	55,54%
Custo dos serviços prestados	(5.217)	(4.309)	21,07%
	(218.842)	(141.655)	54,49%
Lucro bruto	219.228	172.891	26,80%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	(94.785)	(62.707)	51,16%
Outras (despesas) receitas	(22.370)	1.971	-1234,96%
Equivalência patrimonial	6.291	5.682	10,72%
Dividendos auferidos	4.314	4.932	-12,53%
	(106.550)	(50.122)	112,58%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	112.678	122.769	-8,22%
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(62.605)	(47.275)	32,43%
Receitas financeiras	23.046	21.069	9,38%
	(39.559)	(26.206)	50,95%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	73.119	96.563	-24,28%
Imposto de renda e contribuição social	(28.159)	(22.131)	27,24%
Resultado proveniente de operações em continuidade	44.960	74.432	-39,60%
Operações descontinuadas			
Prejuízo proveniente das operações descontinuadas	276	200	38,00%
Prejuízo líquido do período	45.236	74.632	-39,39%
Atribuível aos:			
Acionistas da Controladora	45.236	74.632	-39,39%
Participação de não controladores	-	-	-
	45.236	74.632	-39,39%

Receita operacional líquida

Em 2019 a receita operacional líquida somou R\$ 438,1 milhões, 39,3% maior do que a receita líquida apurada no ano de 2018, quando o valor foi de R\$ 314,5 milhões. Tal variação justifica-se, principalmente, pela maior receita decorrente dos ativos adquiridos em dezembro/18 (R\$ 141,0 milhões), tendo sido parcialmente compensado pelo efeito do Mercado de Curto Prazo.

Ressaltamos que o resultado líquido do efeito do MCP (Mercado de Curto Prazo) é conjunto com a linha de “Compra de Energia”, classificada no custo da energia vendida (abaixo demonstrada). A variação líquida no resultado do MCP deve-se, essencialmente, às variações nos custos com compra de energia, razão pela qual estão apresentadas abaixo, no grupo de custo.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2018	2019	Var %
Receita Líquida Total	314.546	438.070	39,3
Fornecimento de energia	313.516	437.244	39,5
- Contrato de energia de reserva – CER	101.371	98.446	-2,9
- Contrato de compra de energia regulada (CCEAR)	97.650	136.835	40,1
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)	113.186	97.133	-14,2
- Contrato ambiente de contratação livre (ACL)	19.809	52.071	162,9
- Contrato Bilateral Regulado (CBR)	-	82.783	-
- Tributos sobre a venda de energia elétrica	(18.500)	(30.024)	62,3
Outros serviços	1.030	826	-19,8

Contrato de Energia de Reserva (CER)

A redução de R\$ 3,0 milhões em 2019, equivalentes a 2,9%, comparados ao ano de 2018, é decorrente da menor geração advinda dos parques eólicos da Bahia e Barra dos Coqueiros, parcialmente compensado pela correção contratual dos preços.

As receitas decorrentes do contrato de energia de reserva (CER) são provenientes das usinas Eólicas: Energen, Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra.

Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)

Os aumentos de R\$ 39,2 milhões em 2019, comparado ao ano de 2018, são decorrentes das receitas apuradas nos ativos adquiridos em 2018.

As receitas decorrentes do CCEAR são provenientes da UHE Monjolinho, PCH Santa Fé e Tamar PCH.

Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

A redução de R\$ 16,1 milhões em 2019, comparado ao ano de 2018, deve-se à variação no impacto do Mercado de Curto Prazo, em adição à correção dos preços do PPA.

As receitas decorrentes do PROINFA são provenientes das PCH Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa.

Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)

O aumento observado em 2019, equivalente a R\$ 32,3 milhões, quando comparado ao ano anterior, deve-se, essencialmente, à contribuição da receita registrada nos ativos adquiridos pela Companhia, tendo esse sido parcialmente compensado pelo menor efeito positivo do Mercado de Curto Prazo na PCH Moinho.

As receitas decorrentes do ACL são provenientes da PCH Moinho e Tamar PCH.

Contrato Bilateral Regulado (CBR)

O aumento observado em 2019, equivalente a R\$ 82,8 milhões, quando comparado ao ano anterior, deve-se à contribuição da receita registrada nos ativos adquiridos pela Companhia (Tamar PCH).

As receitas decorrentes do CBR são provenientes da Tamar PCH.

Custos operacionais

Em 2019 os custos operacionais somaram R\$ 218,8 milhões, aumento de 54%, equivalentes a R\$ 77,2 milhões, na comparação com o ano de 2018, quando o valor foi de R\$ 141,6 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custos Operacionais (R\$ mil)	2018	2019	Var %
Custo Total	141.655	218.842	54,5
Custo do fornecimento de energia elétrica	137.346	213.625	55,5
- Depreciação e amortização	64.243	114.364	78,0
- Encargos setoriais	9.465	13.702	44,8
- Custo com compra de energia elétrica	48.977	66.344	35,5
- Seguro regulatório	3.719	5.376	44,6
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	10.942	13.839	26,5

Custo dos serviços prestados	4.309	5.217	21,1
- Outros serviços	4.309	5.217	21,1

Depreciação e Amortização

A variação de 78%, equivalente a R\$ 50 milhões, na comparação entre os anos de 2019 e 2018, deve-se ao resultado dos ativos adquiridos pela Companhia (Tamar e Santa Fé) e à amortização dos valores de mais valia de ativos identificados na aquisição de ativos realizada pela Companhia (Tamar e Santa Fé). Considerando que a operação de aquisição foi realizada em 21 de dezembro de 2018, o resultado do ano de 2018 não está composto por essa contabilização.

Encargos Setoriais

A variação de 44,8%, equivalente a R\$ 4,2 milhões, na comparação entre os anos de 2019 e 2018, deve-se ao resultado dos ativos adquiridos pela Companhia (Tamar e Santa Fé) que não integram o resultado consolidado da Companhia nos períodos comparativos (3T18 e 9M18).

Custo com Compra de Energia Elétrica

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica nos últimos anos tem exigido atenção aos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF. O ano de 2019, da mesma forma, tem exigido da Companhia iniciativas para mitigar o efeito hidrológico. Segundo dados da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), o Brasil teve o sétimo pior ciclo hidrológico da história neste ano. A baixa hidrologia, por sua vez, impacta os custos de operação o sistema e o consumidor de energia elétrica. Com menos chuvas, as hidrelétricas produzem menos, exigindo que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) utilize as térmicas para atender a carga.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

No ano de 2019 o valor gasto com compra de energia elétrica somou R\$ 66,3 milhões, comparado ao valor de R\$ 49,0 milhões no ano de 2018. Quando observamos o custo com a compra de energia do Mercado de Curto Prazo, líquido das receitas advindas do Mercado de Curto Prazo, o resultado de 2019 representou um custo líquido de R\$ 48,1 milhões.

Tais variações são decorrentes das alterações no cenário hidrológico e as ações acima descritas.

Seguro Regulatório

A variação de 44,6%, na comparação entre os anos de 2019 e 2018, deve-se ao resultado dos ativos adquiridos pela Companhia (Tamar e Santa Fé) que não integram o resultado consolidado da Companhia nos períodos comparativos (3T18 e 9M18).

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

Os outros custos de fornecimento de energia são compostos, essencialmente, por serviços contratados para as atividades de manutenção e operação dos ativos da Statkraft, bem como os seguros contra risco operacional e responsabilidade civil. Em adição, a partir do 3T19, passou a ser apresentado neste grupo créditos de PIS/Cofins sobre depreciação/amortização.

No ano de 2019 esta rubrica somou R\$ 13,8 milhões, representando aumento de R\$ 2,9 milhões na comparação com o ano de 2018, equivalentes a 26,5%. A variação observada deve-se aos ativos adquiridos pela Companhia (Tamar e Santa Fé) que não compunham a base comparativa.

Outros Serviços

Neste grupo são apresentados os gastos relacionados aos serviços administrativos e O&M prestados pela Controladora para suas subsidiárias. Em 2019 foi realizada melhoria na classificação dos gastos, motivo pelo qual o efeito reconhecido é positivo.

Despesas gerais

Em 2019 as despesas gerais somaram R\$ 117,2 milhões, representando aumento de R\$ 56,8 milhões na comparação com o ano de 2018.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)	2018	2019	Var %
Despesas Totais	60.376	117.155	94,0
- Gerais e Administrativas totais	62.707	94.785	51,2
- Gerais e administrativas	40.569	61.999	52,8
- Remuneração dos administradores	6.524	7.770	19,1
- Encargos setoriais	4.901	7.819	59,5
- Depreciação e amortização	517	2.057	297,9
- Com estudos em desenvolvimento	10.196	15.140	48,5
- Outras despesas (receitas)	(1.971)	22.370	-1235,0

Remuneração dos Administradores

Nesta rubrica estão contabilizadas as despesas relativas à remuneração dos Diretores da Companhia, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais. Em 2019 os valores apurados

foram de R\$ 7,8 milhões, representando aumento de 19,1% na comparação com o ano anterior. A variação deu-se, essencialmente, pelo aumento de posições de Diretoria na Companhia.

Encargos Setoriais

A variação observada nessa rubrica deve-se, essencialmente, à contribuição dos ativos adquiridos pela Companhia em 2018, bem como reclassificação no tratamento contábil de alguns encargos setoriais.

Estudos e Desenvolvimento

Em 2019 a Companhia incorreu em gastos com o desenvolvimento de negócios, em linha com o plano estratégico da Companhia.

Outras Despesas (Receitas)

Em 2019 estão reconhecidas nesta rubrica: (i) o recebimento de indenização por lucros cessantes e danos materiais (R\$ 2,6 milhões), (ii) provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (R\$ 22,7 milhões) e (iii) perdas com baixa de imobilizado (R\$ 2,4 milhões). A variação, na comparação com o ano de 2018, deve-se a eventos não recorrentes registrados no período anterior.

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Em 2019 o resultado de participação societárias totalizou ganho de R\$ 10,6 milhões. Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Ganho (perda) proveniente participações societárias (R\$ mil)	2018	2019	Var %
- Equivalência patrimonial	5.682	6.291	10,7
- Dividendos auferidos	4.932	4.314	-12,5
Resultado de participações	10.614	10.605	-0,1

Equivalência Patrimonial

Composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), que foi afetado positivamente pela estratégia adotada pela Companhia no intuito de mitigar os riscos advindos do cenário hidrológico.

Dividendos Auferidos

Composto pelos dividendos recebidos de CERAN (5%) e Donas Francisca (2,12%).

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2019 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 39,6 milhões, aumento de R\$13,3 milhões na comparação com o ano de 2018, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 26,2 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2018	2019	Var %
Receitas financeiras	21.069	23.046	9,4
- Com aplicações financeiras (i)	18.137	23.205	27,9
- Variação monetária ativa	571	-	-100,0
- Outras receitas financeiras (ii)	2.361	(159)	-106,7
Despesas financeiras	(47.275)	(62.605)	-32,4
- Com financiamentos (iii)	(28.178)	(42.668)	-51,4
- Comissão de fiança e garantias	(103)	(14)	86,4
- IOF, multa e juros sobre tributos (iv)	(1.622)	(875)	46,1
- Variação monetária passiva	(233)	(116)	50,2
- Concessões a pagar e outras despesas (v)	(13.601)	(10.726)	21,1
- Juros sobre contrato de mútuo	(1.658)	(1.577)	4,9
- Juros sobre arrendamento mercantil	-	(1.196)	-
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.017)	(692)	32,0
- Outras despesas financeiras	(863)	(4.741)	449,4
Resultado Financeiro	(26.206)	(39.559)	-51,0

Receitas Financeiras

Em 2019 as receitas financeiras atingiram R\$ 23,0 milhões, representando aumento de R\$ 2,0 milhões, equivalente a 9,4% na comparação com o ano de 2018, quando atingiram R\$ 21,1 milhões. Tal variação é decorrente, principalmente, do maior rendimento sobre aplicações financeiras, parcialmente compensado pela (ii) reversão de juros sobre mútuo ocorrida em 2018.

Despesas Financeiras

Em 2019 as despesas financeiras atingiram R\$ 62,5 milhões, apresentando aumento de R\$ 15,3 milhões, equivalente a 32,4% na comparação com o ano de 2018, quando atingiram R\$ 47,3 milhões. O aumento deve-se a (iii) maior capitalização de juros por conta do maior endividamento, tendo esse aumento sido parcialmente compensado pela (iv) pela menor incidência de IOF, multa e juros sobre tributos e pela (v) redução das despesas financeiras sobre concessão a pagar (UBP) em função da menor curva de IGP-M apurado no período..

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Statkraft, assim como a controlada Monjolinho optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2019 o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo negativo de R\$ 28,2 milhões, compostos por IRPJ e CSLL no valor de R\$ 34,7 milhões, parcialmente compensados por IR e CS diferidos no valor de R\$ 6,6 milhões.

A variação equivalente a R\$ 6,0 milhões, na comparação com o ano de 2018, deve-se às variações no resultado mencionadas no corpo deste relatório, principalmente o resultado atribuível aos ativos adquiridos em dezembro/2018.

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 2019 as operações descontinuadas somaram ganho de R\$ 0,2 milhão, representando o resultado da subsidiária Enex.

LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO

Em 2019 foi registrado resultado líquido de R\$ 45,2 milhões, enquanto que em 2018 apuramos lucro de R\$ 74,6 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente.

EBITDA E MARGEM EBITDA – conforme Instrução CVM 527

O EBITDA alcançou R\$ 229,1 milhões em 2019, apresentando um aumento de R\$ 41,6 milhões em relação a 2018, quando alcançou R\$ 187,5 milhões, em função dos efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA apresentou redução de 7,3 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 59,6% para 52,3% da receita operacional líquida em 2018 e 2019.

EBITDA (R\$ mil)	2018	2019	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	74.632	45.236	-39,4
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	22.131	28.159	27,2
(+) Despesas financeiras líquidas	26.206	39.559	50,9
(+) Depreciação, amortização	64.760	116.421	79,8
(+) Operação descontinuada	(200)	(276)	38,0
EBITDA – ICVM nº 527	187.529	229.099	22,2
Receita Líquida	314.546	438.070	39,6
Margem EBITDA (%)	59,6	52,3	-7,3 p.p.

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao

excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

10.4 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não apresentam alterações nas práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não apresentam alterações nas práticas contábeis.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o relatório dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase que chama atenção para a nota explicativa nº 30 às informações financeiras individuais e consolidadas, a qual descreve que: (i) como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia e de suas controladas, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada à Companhia, sendo que o verificado durante essa investigação foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016 e, no atual estágio, não é possível prever o resultado final; (ii) a Companhia, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF - ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, as estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As premissas para estas estimativas estão divulgadas na Nota 3 das demonstrações financeiras.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de: (i) venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras; (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento; (iii) serviços prestados de operação e manutenção operacional (O&M). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”), se aplicável.

Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados *pro rata temporis* ao longo do prazo de cobertura.

As despesas com seguro regulatório são reconhecidas pelo seu valor presente calculado com base no IPCA anual projetado e, assim como as despesas financeiras incorridas, são apropriadas ao longo do prazo de outorga da usina ou do contrato de venda de energia conforme contrato de

repactuação do risco hidrológico.

Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil técnica dos ativos imobilizados limitadas ao prazo de concessão ou da autorização para as usinas eólicas e a vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) para as usinas hídricas, conforme detalhado na nota 3.1. das demonstrações financeiras.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

Intangível

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão. É constituído pelo valor justo do direito

relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

Propriedades para investimento

O saldo apresentado no grupo de “propriedades para investimento” representa o valor justo dos investimentos realizados em terras pela Companhia. Anualmente, a Companhia efetua a avaliação destes valores justos, que são ajustados contra o resultado caso diferenças sejam identificadas em relação à avaliação do ano anterior.

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Financiamentos e debêntures

Os financiamentos e debêntures tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos e debêntures tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Concessões a pagar

É registrado inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil, ou tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Statkraft Energias Renováveis S.A., com base em opinião de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social, geralmente são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

(b) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

A Companhia se enquadra no regime do lucro real, enquanto suas controladas aplicam o regime do lucro presumido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

Capital Social

A companhia somente possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

Reconhecimento da receita

(a) *Venda de energia elétrica*

Estas receitas são reconhecidas quando o controle do bem é transferido para o comprador, que para este caso se refere a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN - sistema integrado nacional. Para aquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia - a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do GSF (*Generation Scalling Factor*), que reduz a garantia física das usinas, e por consequência suas receitas.

(b) Venda da prestação de serviços de O&M - Operação e Manutenção

São reconhecidas quando ocorre a entrega da prestação de serviços de O&M verificando se os benefícios econômicos derivados desta operação fluirão para entidade. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, a depender da natureza de cada serviço prestado.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

Até setembro de 2019, o Grupo reconhecia a despesa de depreciação com base no método linear, considerando seus custos e seus valores residuais durante a vida útil técnica estimada para cada grupo de ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização/concessão.

A partir de outubro de 2019, o Grupo realizou mudanças nas estimativas de vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas onde a depreciação passou a ser calculada utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão,

de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. O Grupo realiza, a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível” e “Propriedades para investimento”.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

e) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da diretoria, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos com base na expectativa de lucro futuro das companhias que geram tais prejuízos. As expectativas são realizadas pela Administração, e os tributos diferidos desta natureza recuperáveis em até 10 anos são reconhecidos.

g) Alocação de preço de compra advindo de combinações de negócios

Em uma transação de combinação de negócios é requerido que os ativos e passivos dos negócios adquiridos sejam registrados pelo seu valor justo. Para alguns ativos e passivos, é necessário fazer o uso de técnicas de mensuração que envolvem o uso de julgamento e estimativas. As técnicas utilizadas e ajustes a valor justo são apresentados em nota explicativa específica quando uma combinação de negócios é realizada.

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):

Não possuímos conhecimento de nenhum ativo ou passivo material que não esteja evidenciado em nossas demonstrações financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não contemplam as operações ou transações ocorridas após esta data. Para fins de

divulgação de eventos subsequentes, a administração julgou relevante chamar atenção para os seguintes temas:

Aporte de capital

Em 14 de janeiro de 2021, foi aprovado através de AGE o aumento do capital autorizado da Companhia no montante de R\$ 800.000.000,00. Foram subscritas 59.012.693 ações com cronograma de integralização a ser realizado no decorrer de 2021, do qual foi integralizada a primeira etapa em 05 de fevereiro de 2021, no montante de R\$200.000.

Construção de parques eólicos

No dia 4 de janeiro de 2021, iniciou-se a mobilização para a construção do parque eólico dos projetos Ventos de Santa Eugênia e Serra da Mangabeira, a qual se dará em tranches, com encerramento do último parque previsto para abril de 2023. Com previsão orçamentária de investimentos da ordem de R\$ 2,5 bilhões para a construção dos referidos parques eólicos, a Companhia, ao longo de 2020, celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste contratos de financiamento no montante de até R\$1.062.378, no nível das investidas constituídas para esses projetos. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo para pagamento de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA. Até o encerramento deste exercício não houve desembolso, com previsão de início no segundo trimestre de 2021, após atingimento de algumas condições precedentes.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

b) Natureza e propósito da operação.

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Nossos investimentos estão concentrados nas áreas de prospecção, desenvolvimento e implantação de empreendimentos de geração por fontes renováveis de energia elétrica.

▪ Desenvolvimento

Na área de desenvolvimento os recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos.

▪ Implantação

Durante o ano de 2020 a Companhia iniciou a implantação do Complexo Eólico Ventos Santa Eugênia, de 519 MW, na Bahia. No dia 4 de janeiro de 2021, iniciou-se a mobilização para a construção do parque eólico, a qual se dará em tranches, com encerramento do último parque previsto para abril de 2023. Com previsão orçamentária de investimentos da ordem de R\$ 2,5 bilhões para a construção dos referidos parques eólicos, a Companhia, ao longo de 2020, celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste contratos de financiamento no montante de até R\$1.062.378, no nível das investidas constituídas para esses projetos. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo para pagamento de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA. Até o encerramento deste exercício não houve desembolso, com previsão de início no segundo trimestre de 2021, após atingimento de algumas condições precedentes.

Os recursos necessários para a construção de nossos Empreendimentos serão oriundos principalmente (i) do aporte de capital de nossos acionistas controladores e (ii) de captação de recursos junto à bancos através de financiamentos de longo prazo. Ainda, utilizaremos parcela dos dividendos de nossos Empreendimentos em Operação para este fim.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Conforme evidenciado no item 10.6, no ano de 2018 a Companhia realizou aquisição de ativos hidrelétricos em operação.

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não fazemos diferenciação entre pesquisas em andamento e desenvolvimento de projetos. Dessa maneira as informações referentes ao item c.i. do Anexo 24 da Instrução CVM 480 serão apresentadas em conjunto com o item c.iii. Da mesma forma, as informações referentes ao item c.ii. serão apresentadas em conjunto com o item c.iv.

Conforme consta no nosso Plano de Crescimento 2021-2027, considerando projetos greenfield em pleno curso de desenvolvimento, Statkraft Brasil Energias Renováveis S.A. possui um pipeline acima de 1,5 GW em projetos considerando-se as três fontes, ou seja, projetos eólicos, solares e hidráulicos.

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

- ANEXO II -

INFORMAÇÕES INCLUÍDAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, REFERENTE À REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009 E INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração e g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

▪ **Conselho de Administração:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos membros do conselho de administração está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos conselheiros é composta unicamente por uma parcela mensal fixa e foi estabelecida dentro dos padrões de mercado.

Nosso Conselho de Administração é composto por cinco membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nosso Conselho de Administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

Em caso de convocação de membro titular para participação na reunião do Conselho de Administração da Companhia, estando este impossibilitado de comparecer e em não abdicando formalmente de sua remuneração, esta será paga na proporção de 2/3 para o membro suplente e 1/3 para o membro titular, exclusivamente em relação à remuneração do mês que tenha ocorrido a(s) respectiva(s) reunião(ões).

▪ **Diretoria Estatutária:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos nossos diretores está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais experientes e qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos diretores é somente *pro-labore*.

A Companhia é administrada por, no mínimo, 02 (dois) Diretores, sendo: 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Financeiro, que também deverá atuar como Diretor de Relações com Investidores, enquanto que os demais Diretores deverão atuar com as seguintes denominações: 1 (um) Diretor de Recursos Humanos; 1 (um) Diretor Jurídico; 1 (um) Diretor de Operação; 1 (um) Diretor de Desenvolvimento e Novos Negócios; 1 (um) Diretor de Gestão de Ativos e 1 (um) Diretor de Assuntos Regulatórios, nos termos do Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração. Recebe treze remunerações anuais para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, incluída a contribuição patronal à previdência social. Em 31 de dezembro de 2019 a Diretoria Estatutária da companhia era composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e Relações com Investidores e 06 diretores.

Ao final de 2019 a Companhia adotava política de remuneração variável de acordo com os padrões do Grupo Statkraft, tendo esta sido validada pelo Comitê de RH e Conselho de Administração. A política aplicável à diretoria não se diferencia daquela aplicada aos demais empregados da Companhia.

▪ **Conselho Fiscal:**

Nosso Conselho Fiscal é composto por três membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

▪ **Comitês**

Os membros de nossos Comitês não são remunerados.

b) composição da remuneração

i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

▪ **Salário dos administradores e honorários dos membros do Conselho de Administração:**

A remuneração mensal de nossos administradores e conselheiros tem como objetivo garantir o comprometimento com o trabalho e a satisfação com a remuneração, aliando os objetivos de cada profissional com a constante busca pelos nossos resultados.

ii) Proporção de cada elemento na remuneração total:

	Pró-Labore/Honorários	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%
Diretoria executiva	100%	0%	100%

iii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:

O reajuste da remuneração da diretoria executiva e do conselho de administração é definido em Assembleia Geral.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Remunerar nossos profissionais de acordo com as responsabilidades assumidas, garantindo um pacote de remuneração atrativo e que nos permita reter e atrair profissionais qualificados para assumir nossas posições de comando.

v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Conforme disposto no Acordo de Acionistas da Companhia, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal indicados pela controladora Statkraft não são remunerados. Os membros dos comitês de assessoramento também não são remunerados, independente de qual acionista realizou a indicação.

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não adotamos atualmente uma política de remuneração que reflita determinados indicadores de desempenho.

e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia

Buscamos, por meio de nossa política de salários, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em nosso quadro de colaboradores profissionais comprometidos com nossa estratégia de crescimento e o nosso plano de negócios.

f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não possuímos atualmente membros da diretoria ou do conselho que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

2020 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2,0	8,0	1,00	11,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	317.544,00	5.423.261,73	58.533,60	5.799.339,33
- Benefícios diretos e indiretos	-	986.481,61	-	986.481,61
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	63.508,80	1.354.956,23	11.706,72	1.430.171,75
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	1.030.466,43	-	1.030.466,43
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	381.052,80	8.795.166,00	70.240,32	9.246.459,12

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2019 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2,0	7,25	0,67	9,92
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	317.544,00	4.656.765,95	39.992,51	5.014.302,46
- Benefícios diretos e indiretos	-	846.076,56	-	846.076,56
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	63.508,80	1.141.397,03	7.998,51	1.212.904,34
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	697.054,02	-	697.054,02
- Participação nos resultados	-	-	-	-

2019 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	381.052,80	7.341.293,56	47.991,02	7.770.337,38

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2018 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2,0	7,0	1,00	10,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	313.581,04	4.023.590,80	64.611,84	4.401.783,68
- Benefícios diretos e indiretos	-	761.975,97	-	761.975,97
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	62.716,21	1.029.537,83	12.922,37	1.105.176,41
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	580.141,44	-	580.141,44
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	376.297,25	6.395.246,04	77.534,21	6.849.077,50

2018 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
------------	---------------------------	---------------------	-----------------	-------

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
 (2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Nos anos de 2018 a 2020, distribuímos aos nossos diretores um bônus, nos valores demonstrados abaixo, como forma de reconhecimento pela boa condução dos negócios sociais.

2020 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2,00	8,00	1,00	11,00
Bônus	-	1.030.466,43	-	1.030.466,43
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	1.030.466,43	-	1.030.466,43
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

2019 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2,00	7,25	0,67	9,92
Bônus	-	697.054,02	-	697.054,02
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

2019 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	697.054,02	-	697.054,02
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

2018 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2,00	7,00	1,00	10,00
Bônus	-	580.141,44	-	580.141,44
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	580.141,44	-	580.141,44
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

13.5. Em relação à remuneração baseadas em ações reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.7. Em relação às opções exercidas e Ações entregues relativas à remuneração baseada em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das Ações e das opções):

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.9. Ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em Ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

A Companhia não detém quotas diretas ou indiretas emitidas pela Companhia.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	Diretoria Estatutária
	31/12/2020
Nº de membros	8,00

Nº de membros remunerados	8,00
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	299.824,42
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	299.824,42

	Diretoria Estatutária
	31/12/2019
Nº de membros	7,25
Nº de membros remunerados	7,25
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	256.033,08
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	256.033,08

	Diretoria Estatutária
	31/12/2018
Nº de membros	7,00
Nº de membros remunerados	7,00
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	243.521,49
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	243.521,49

O benefício de plano de previdência dá-se apenas aos membros da Diretoria Estatutária, não sendo aplicado aos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	8,00	7,25	7,00	2,00	2,00	2,00	1,00	0,67	1,00
Nº de membros remunerados	8,00	7,25	7,00	2,00	2,00	2,00	1,00	0,67	1,00
Valor da maior remuneração individual	1.134.020,65	1.036.999,29	939.518,55	158.772,00	158.772,00	156.790,52	58.533,60	39.992,51	37.380,40
Valor da menor remuneração individual	646.664,18	606.342,16	565.212,14	158.772,00	158.772,00	156.790,52	58.533,60	39.992,51	26.731,44
Valor médio da remuneração	890.342,41	821.670,73	701.800,12	158.772,00	158.772,00	156.790,52	58.533,60	39.992,51	32.055,92

Observações:

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	<p>Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2020, referente a substituição.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2020, referente a substituição. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 8,0.</p>
31/12/2019	<p>Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2019.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2019. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 6,0.</p>
31/12/2018	<p>Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2018.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2018. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 6,0.</p>

Conselho de Administração	
31/12/2020	Sem observação
31/12/2019	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2019.</p>
31/12/2018	Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano.

	Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2018.
--	---

Conselho Fiscal	
31/12/2020	A diferença apurada de 2019 para 2020, se refere a saída de um membro do conselho.
31/12/2019	Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2019.
31/12/2018	Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2018.

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	dez/19	dez/18	dez/17
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0

13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Órgão	dez/19	dez/18	dez/16
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
TOTAL	0	0	0

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não possuímos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria estatutária.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2021 até 30 de abril de 2022, prazo estimado entre as AGOs, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários é de R\$ 8.698.961,58, com base no reajuste de 5%. Os valores totais incluem as contribuições propostas para o INSS pago pelo empregador e reconhecidas no resultado, pagamento do 13º salário em dezembro (este último à diretoria executiva apenas).

Maio 2021 a abril 2022 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2,00	6,83	1,00	9,83
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	341.756,73	5.224.015,29	67.104,67	5.632.876,69
- Benefícios diretos e indiretos	-	1.023.763,17	-	1.023.763,17
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	66.709,68	1.044.803,06	13.420,93	1.124.933,67
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus (4)	-	917.388,05	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	408.466,41	8.209.969,57	80.525,60	8.698.961,58

Maio 2021 a abril 2022 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
--	--------------------------------------	--------------------------------	----------------------------	--------------

- (1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
- (2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica “outros” as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.
- (3) Os valores previstos para o período foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.
- (4) Programa de Bônus (2021/2022) é uma estimativa e depende da realização de metas.

- ANEXO III -

INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO INCLUÍDAS NOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.

CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES

12.5 Administradores e membros do conselho fiscal:

12.5.2 Membros do Conselho de Administração

A Assembleia deliberou pela eleição dos Membros do Conselho de Administração.

a) Nome	b) Data de Nascimento	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador	l) nº de mandatos consecutivos
María Teresa González Ramirez	02/09/1972	Jornalista	F25838180	Conselheiro suplente	20.04.21	20.04.21	Até a AGO de aprovação das contas de 2022	Nenhum	Sim	0
Jan Erik Felle	25/07/1972	Contador	29490259	Conselheiro suplente	20.04.21	20.04.21	Até a AGO de aprovação das contas de 2022	Nenhum	Sim	0

a) Currículos dos membros do conselho de administração:

MARÍA TERESA GONZÁLEZ RAMIREZ é graduada em Jornalismo com Master em Gestão e Recursos Humanos, pelo IEDE. Está na Statkraft Chile desde 2017, tendo atuado como Gerente de Assuntos Corporativo, responsável pelas áreas de Relações com Comunidades, Comunicação, Relações Institucionais, Meio Ambiente e Compliance. Desde janeiro de 2020, Ramirez é a Country Manager da Statkraft Chile.

JAN ERIK FELLE é graduado em Ciências Contábeis com Mestrado em Contabilidade Pública, pela Norwegian School of Management BI, e MBA pela mesma instituição. Felle está na Statkraft desde 2004 tendo desempenhado diferentes funções, entre as quais VP Financial reporting and Analysis International, da área Hidro, CFO da Desenvix, no Brasil, e Head of Accounting, na SN Power.

12.5.3 Membros do Conselho Fiscal

A Assembleia deliberou pela eleição ou recondução dos Membros do Conselho Fiscal.

a) Nome	b) Data de Nascimento	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador	l) nº de mandatos consecutivos
Emanuela Roggia	17/10/1983	Bacharel em Administração	003.457.880-36	Conselheiro efetivo	15.04.20	15.04.20	Até a AGO de aprovação das contas de 2021	Nenhum	Sim	5
Marcos Bett Pagani	07/10/1987	Tecnólogo em Sistemas de Energia	065.558.009-33	Conselheiro efetivo	15.04.20	15.04.20	Até a AGO de aprovação das contas de 2021	Nenhum	Sim	5
Ivanyra Maura de Medeiros Correia	23/10/1967	Engenheira	009.092.797/48	Conselheiro efetivo	08.01.21	08.01.21	Até a AGO de aprovação das contas de 2021	Nenhum	Não	0
João Verner Juenemann	16/02/1940	Contador	000.952.490-87	Conselheiro suplente	08.01.21	08.01.21	Até a AGO de aprovação das contas de 2021	Nenhum	Não	0
Natasha Gaertner Lewin	04/03/1986	Engenheira Civil	107.821.137-02	Conselheira suplente	15.04.20	15.04.20	Até a AGO de aprovação das contas de 2021	Nenhum	Sim	3

a) Currículos dos membros do conselho fiscal:

EMANUELA ROGGIA, graduada em Administração e em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Santa Maria. Ingressou no grupo Statkraft em Outubro de 2016 ocupando o cargo de Analista Sênior de Risco. Anteriormente a Sra. Emanuela atuou como Analista de Crédito no Reino Unido pelo período de Outubro de 2015 a Outubro de 2016, prestando serviços a empresas de energia e gás. De 2013 a 2015 atuou como Analista de Riscos nas empresas AES Tietê e Analista de Risco Sênior na Noble Comercializadora.

MARCOS BETT PAGANI, é Tecnólogo pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) em 2012. O Sr. Marcos iniciou sua carreira no grupo Statkraft em 2015, ocupando o cargo de Coordenador de Back Office no Brasil. Antes de ingressar no grupo Statkraft o Sr. Marcos ocupou a posição de Analista de Regulação e Mercado na Desenvix Energias Renováveis S.A. desde 2013, cargo que ocupou até junho de 2015.

IVANYRA MAURA DE MEDEIROS CORREIA é Engenheira de Produção pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), com MBA pela The Wharton School (University of Pennsylvania). É Conselheira Fiscal Externa Titular do Banco Bradesco S.A., Presidente do Conselho Fiscal da Brasiliana Participações S.A. (BNDESPar e AES), membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos do Grupo Baumgart e Conselheira Fiscal Externa Suplente da Tecnica S.A. Anteriormente, Conselheira de Administração Independente Titular do Serpro e Conselheira de Administração Titular da Zurich Resseguradora S.A. Foi Diretora Estatutária da subsidiárias do grupo suíço Zurich Seguros; Diretora Estatutária, para América Latina e Ásia, da Penske Logistics, pertencente ao grupo americano General Electric; Diretora Administrativa e Financeira da subsidiária brasileira do grupo francês Fnac; Gerente Geral de Finanças do Grupo Votorantim; Superintendente América Latina do grupo mexicano Amanco e Vice-Presidente América Latina para o banco americano Bank of America.

JOAO VERNER JUENEMANN é contador pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Administrador e Pós Graduado em Auditoria pela UFRGS. Fundador da Juenemann & Associados (atuação em auditoria independente de 1977 a 2017 e em perícias judiciais de 1977 a 2018). Conselheiro de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (2015/2020), coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos da Tupy S.A. (2009/2019) e membro do Comitê de Auditoria Estatutário (2020/2021), coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos da Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos (2016/2021), membro do Conselho Fiscal da Klabin S.A. (2017/2018) e suplente do Conselho de Administração (2019/2021), membro do Conselho Fiscal da Saraiva S.A. Livreiros Editores (2014/2019), membro do Conselho Fiscal (2018/2019) e Presidente do Conselho Fiscal (2019/2020) da Petrobras Distribuidora S.A.. Membro do Comitê de Indicação do Conselho de Administração do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2011/2020).

NATASHA GAERTNER LEWIN, é graduada em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e possui mestrado em Economia pela FGV/Rio. Ingresso no grupo Statkraft em janeiro de 2019, ocupando o cargo de Head de Middle Office. Em maio de 2016, a Sra. Natasha ingressou como Especialista de Riscos na Neoenergia e posteriormente atuou como Gerente de Riscos Corporativos até dezembro de 2018. De 2007 a 2016 atuou como Analista Financeira na área de Gestão de Riscos da mineradora Vale nos escritórios do RJ e da Suíça.

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:

Nossos Conselheiros e Diretores não sofreram qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-os ou inabilitando-os para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

12.6.1 Membros do Conselho de Administração

a) Nome	b) % de participação
Austin Laine Powell	100%
Kjersti Ronningen	100%
Simen Braein	100%
Antonio Augusto de Miranda e Souza	100%
Delvio Joaquim Lopes de Brito	100%

12.6.2 Membros do Conselho Fiscal

A Assembleia deliberou pela eleição ou recondução dos Membros do Conselho Fiscal.

a) Nome	b) % de participação
Emanuela Roggia	100%
Marcos Bett Pagani	100%
Paulo Andres Siqueira	100%

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Os comitês instalados pela Companhia não participam do processo decisório dos órgãos de administração ou de gestão do emissor.

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela,

o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Os comitês instalados pela Companhia não participam do processo decisório dos órgãos de administração ou de gestão do emissor.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.